



Contribuição da Conferência das Cidades do Arco Atlântico sobre a futura Estratégia 2020

A Conferência das Cidades do Arco Atlântico (CCAA) congratula-se com a iniciativa lançada pela Comissão Europeia referente à publicação de um documento de trabalho sobre a futura Estratégia 2020. Do ponto de vista urbano atlântico, esta proposta não será mais do que um primeiro passo num processo de definição da Estratégia 2020 que deve contar com uma concertação mais ampla, partindo de um prazo maior e de propostas mais concretas.

Nesta perspectiva, para as cidades atlânticas, esta primeira consulta apresenta eixos cruciais que facilitam a reflexão, para a qual pretendem contribuir com os seguintes comentários:

1. Este documento surge num contexto marcado por uma crise que é não só económica, mas também social e ambiental. Pese embora ter representado um grande passo em frente na construção europeia, a Estratégia de Lisboa não acautelou suficientemente as respostas necessárias e a situação actual reafirma a necessidade de uma maior coerência no rumo estratégico das políticas europeias.
2. A médio prazo, a política de austeridade e as restrições impostas aos recursos devem conduzir a uma óptica de economias de escala e sinergias que maximizem os resultados das medidas a tomar, tendo em conta não só o plano internacional e comunitário, mas também a escala local e regional. Igualmente, a crise não é somente um sinal de alarme que requer mais vigilância. Ademais, a crise deve ser vista como um ponto de partida e não como um horizonte de futuro.
3. A Conferência das Cidades do Arco Atlântico considera necessária a concepção de uma nova estratégia sem medo de mudar, evitando o imobilismo e promovendo a flexibilidade e a antecipação. Igualmente é necessário mudar a abordagem: passar de grandes linhas políticas a boas práticas locais, aproveitando o potencial existente e promovendo o intercâmbio de modo a evitar a dispersão e a aumentar a eficiência.
4. Numa óptica de governação multinível, a nova estratégia deve garantir uma participação representativa, incluindo activamente o nível local, regional e os próprios cidadãos, assim como as associações da sociedade civil, que desempenham um papel ainda mais importante durante a crise, enquanto que os seus meios não somente não aumentam, senão que diminuem.

→ A falta de apropriação da Estratégia de Lisboa, não só a nível regional e local, mas também nos próprios cidadãos, influenciou significativamente nos seus resultados, havendo que ter em conta tal facto na formulação, implementação e avaliação da Estratégia 2020.

- Dado que a Estratégia 2020 implicará uma concepção totalmente nova dos fundos e das políticas europeias que devem ser coordenados com as políticas nacional, regional e local, facilitando a participação do sector privado e partindo de um sistema de prioridades que deverá ser estabelecido pelos diferentes interlocutores.
 - A simplificação dos procedimentos administrativos pode contribuir não só para a eficiência económica mas também para uma maior participação. Endurecer certos procedimentos e controis pode producir un efecto de exclusão sobre os actores potenciais.
5. Como lição incontornável desta tripla crise, é preciso reequilibrar os três pilares (económico, social e ambiental) sem esquecer a dimensão territorial. Estes são dados essenciais para alcançar os objectivos de integração, de emprego e de desenvolvimento sustentável que a União Europeia se propôs.
- Como etapa inicial, seria necessário aplicar efectivamente a transversalidade destes componentes nas diferentes políticas e programas comunitários.
6. No ponto de vista da Conferência das Cidades do Arco Atlântico, este modelo de Estratégia 2020 poderia ser precedido das correspondentes estratégias integradas por espaço, não só as aprovadas para o Báltico ou o Danúbio, mas também as ainda por determinar em espaços periféricos como o Atlântico. Estas estratégias regionais poderiam servir de método de avaliação e proposta definitiva para uma estratégia integrada à escala europeia.
7. A nova estratégia deve reconhecer que o crescimento económico não garante por si mesmo nem o respeito do ambiente nem a coesão social e territorial.
- No ponto de vista das cidades atlânticas, a componente ambiental é essencial. O eixo ambiental requer uma atenção particular, já que os resultados da última Conferência de Copenhaga sobre as alterações climáticas incitam a estabelecer orientações claras neste campo, sobretudo a nível local, com propostas não só de prevenção, mas também de adaptação e mitigação.
 - A coesão social não se consegue apenas através de políticas de emprego. Para evitar efeitos perversos de exclusão, a nova estratégia deve ter em conta as necessidades da população mais vulnerável não só aos efeitos da crise mas também da reconversão implícita que pressupõe. Este eixo pode ser um sector de actividade, fonte de emprego, desenvolvimento e inserção. Neste sentido, não se trata apenas de criar emprego «verde» mas também «rosa»: profissionais que atendam às necessidades da população vulnerável e facilitem, nomeadamente, a conciliação laboral e familiar.
 - As instituições comunitárias devem colher as lições da crise que demonstram que a política de coesão é fundamental para responder aos choques externos. Igualmente, deve tender-se a uma política de coesão cada vez mais integrada com o fim de garantir um desenvolvimento solidário, equilibrado e competitivo do conjunto da Europa.
 - A política de coesão, através do FSE, segue sendo um impulso essencial para a posta em marcha das políticas locais. Ainda sendo conscientes da necessidade de atribuir fundos aos novos países, os antigos estados membros encontrarão dificuldades para paliar a ausência repentina do FSE. As cidades seguem fazendo frente, sobretudo

no contexto actual, aos problemas vinculados ao emprego e à inserção e solicitam não só a permanência, senão uma participação mais directa.

8. Dado que a maioria da população mundial e europeia vive em cidades, as áreas urbanas concentram o uso da energia assim como a produção da economia do conhecimento e a inovação. Ademais, como se menciona arriba, muitas das questões de integração social às que Europa enfrenta, vão sentir-se com mais força nas cidades.

- Por tanto, a Estratégia 2020 deve garantir uma presença acrescida da abordagem urbana, como meio para a consecução de uma maior coesão territorial europeia. A estratégia europeia assim como as políticas e os fundos devem reflectir a forte dimensão urbana que apresentam os desafios aos que irá enfrentarse Europa nos próximos dez anos e reconhecer que as cidades são e serão o nível mais apropriado para tratar estas questões.
- Respondendo aos princípios da Agenda Territorial Europeia e na óptica de um desenvolvimento policêntrico, deve assegurar-se um equilíbrio territorial entre as cidades situadas no espaço europeu. Igualmente deve garantir-se o equilíbrio entre as cidades e as zonas rurais.
- Como fonte para a elaboração das políticas devem aproveitar-se as boas práticas locais, especialmente os resultados de programas em curso, como URBACT, ou experiências bem sucedidas, como URBAN.

9. Face ao risco de acentuar a distância entre as instituições comunitárias e o cidadão comum, a nova estratégia deve conceber o cidadão como participante, protagonista e destinatário do processo comunitário. A identificação dos cidadãos com a União Europeia é um repto básico na construção europeia e esta é fomentada pelas cidades através de estratégias de comunicação e participação directa, que podem ser transferidas para outros níveis, numa perspectiva de visibilidade e legibilidade, de ida e volta, entre a UE e o cidadão.